

## Paper do NAEA Volume 28

# Migração japonesa para Madre de Dios (Peru) e Acre (Brasil) no início do século XX: em busca do *el dorado*<sup>1</sup>

Francisco Rodrigues da Silva Neto<sup>2</sup>



### RESUMO

A historiografia oficial amazônica, de maneira recorrente, tem apresentado a origem da chegada dos primeiros migrantes japoneses na Amazônia, os direcionados para a colônia de Quatro Bocas, Estado do Pará, em 1929. O que se tem pouco registrado é que essa chegada remonta ao final da época da exploração da borracha (*hevea brasiliensis*), no Estado do Acre e Rondônia, ou seja, período em que a belle-époque deixava seus vestígios, com a diminuição da extração gomífera e a, conseqüente, diminuição das negociações provenientes da economia da borracha. O que não impedia que muitos migrantes chegassem aqui com o objetivo de descobrir o *El Dorado*, pois, para muitos desses migrantes havia o mito do *El Dorado*, que permaneceu no imaginário dos que chegaram às cidades amazônicas, especialmente, os estrangeiros. Este mito se articula com o imaginário de grandes riquezas que estariam escondidas na selva amazônica. Com isso, muitos consideravam permanecer um período de cinco anos para acumular certa riqueza e voltar ao país de origem. Este artigo propõe analisar a chegada dos primeiros migrantes japoneses na região de Madre de Dios (Peru) e a posterior presença de japoneses no Acre (Brasil) na virada do século XIX para o século XX. Metodologicamente este trabalho está baseado em pesquisa bibliográfica e documental, tanto em fontes históricas brasileiras quanto peruanas.

**Palavras-chave:** Migração japonesa. Pan-Amazônia. *El Dorado*. Borracha.

<sup>1</sup> Este artigo se refere a uma seção da tese de doutoramento defendida em 2014, junto ao Programa de Pós-graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) (SILVA, 2014).

<sup>2</sup> Bacharel em história, mestre em ciências sociais, doutor em desenvolvimento socioambiental e professor da Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ). Contato: fneto21@hotmail.com.

## ABSTRACT

The official Amazonian historiography, in a recurrent way, has presented the origin the arrival of the first Japanese migrants in the Amazon, to those directed to the colony of Four Bocas, State of Pará, in 1929. What has little registered is that this arrival goes back to the end of the period of the exploitation of rubber (*heveabrasiliensis*), in the states of Acre and Rondônia, that is, the period in which the belle-époque left its traces, with the reduction of rubber extraction and, consequently, a decrease in the rubber economy negotiations. This did not prevent many migrants from arriving here with the objective of discovering *El Dorado*, since for many of these migrants there was the *El Dorado* myth, which remained in the imagination of those who arrived in the Amazonian cities, especially the foreigners. This myth articulates with the imaginary of great riches that would be hidden in the Amazon jungle. With this, many considered to remain a period of five years to accumulate some wealth and return to the country of origin. This article proposes to analyze the arrival of the first Japanese migrants in the region of Madre de Dios (Peru) and the subsequent presence of Japanese in Acre (Brazil) in the turn of the 19th to the 20th century. Methodologically, this work is based on bibliographical and documentary research, both in Brazilian and Peruvian historical sources.

**Keywords:** Japanese migration. Pan-Amazon. *El Dorado*. Rubber.

## INTRODUÇÃO

Na historiografia oficial amazônica, de maneira recorrente, encontramos os registros da origem dos japoneses na Amazônia, à chegada dos primeiros migrantes japoneses direcionados para a colônia de Quatro Bocas, Estado do Pará, a partir de 1929. No entanto, o que se tem pouco registrado é que essa chegada remonta a época da exploração da borracha (*hevea brasiliensis*), nos estados do Acre e Rondônia. Mesmo que em números menores, a literatura registra a presença de japoneses em terras brasileiras, conhecidos como os “Descidos do Peru” (*Peru kudari*, em japonês), que estiveram presentes tanto na construção da estrada Madeira-Mamoré como em atividades relacionadas com a exploração da borracha durante a virada do século XIX para o século XX.

Ou seja, a migração japonesa para a Amazônia brasileira não somente antecede aquela dirigida para as colônias agrícolas da região, mas mesmo à chegada do navio *Kasato Maru* em São Paulo em 1908, ano considerado como o marco inicial da presença da migração japonesa no Brasil.

A tradição consagrou o termo de *Peru Kudari* (os descidos do Peru), para designar ao pequeno grupo de migrantes japoneses da época da borracha, que vindos da Amazônia peruana, foram atraídos pelas oportunidades oferecidas pela economia gomífera no atual estado do Acre. A migração japonesa para o Peru antecede, portanto, a migração japonesa para o Brasil. Em 03 de abril de 1899 chegava a primeira leva de imigrantes japoneses ao Peru a bordo do navio *Sakura Maru*, após vários acordos bilaterais, com o intuito de estimular a vinda de japoneses para esse país.

Na primeira leva chegaram 790 trabalhadores para laborarem nas fazendas de cana-de-açúcar da região da costa peruana. Porém, nem todos os trabalhadores japoneses permaneceram nas fazendas da costa; muitos se revoltaram pelas péssimas condições de trabalho que foram oferecidas e abandonaram as fazendas dispersando-se pelo país.

Cabe ressaltar que a chegada dos imigrantes japoneses ao Peru coincide com os anos áureos da exploração da borracha na Amazônia, o que fez essa região atrativa para aqueles migrantes que se revoltaram na costa e tinham o sonho de encontrar o *El Dorado*, supostamente, na América do Sul, mas que ao longo da história tomava várias nuances e localizações imprecisas, e, por isso, a busca era constante.

No mesmo ano da chegada do navio *Sakura Maru*, em 1899, 91 desses imigrantes japoneses dirigiram-se para o atual departamento de Madre de Dios ao sul da Amazônia peruana. Alguns migrantes japoneses chegados ao Peru também se dirigiram em direção à Amazônia boliviana. O livro comemorativo do Centenário da Imigração Japonesa na Bolívia dá conta de que 93 japoneses chegaram em 1899 para trabalhar em seringais bolivianos (FENABOJA, 2000).

O fluxo de migrantes japoneses para a Amazônia peruana continuou e se fortaleceu na medida em que novos grupos de trabalhadores japoneses chegavam sucessivamente à costa peruana. A imigração de trabalhadores japoneses através de contratos com empresas recrutadoras de mão de obra termina só em 1924.

Este trabalho apresenta, inicialmente, o contexto histórico do período em que os migrantes japoneses chegaram ao Peru desde 1899, as dificuldades encontradas nas fazendas da costa, para onde foram direcionados e a, conseqüente, busca de outras oportunidades que os levaram a selva peruana, especialmente ao atual departamento de Madre de Dios, e, posteriormente, aos estados de Acre e Rondônia no Brasil.

A história da imigração japonesa no Peru e sua prolongação para a Amazônia peruana e, posteriormente, para a Amazônia brasileira durante a exploração da borracha é pouco estudada no Brasil. Este artigo representa uma contribuição para fomentar outras pesquisas em relação ao tema proposto.

## **A ECONOMIA GOMÍFERA SE TORNOU A ESPERANÇA DO EL DORADO**

Para Reis (1885) e Santos (1980), a circulação do comércio interno da borracha na Amazônia teve início ainda entre as décadas de 1730 e 1740, pois os índios Cambebes (ou Omáguas)<sup>3</sup>, já faziam uso da goma elástica, na região do Solimões-Marañon. Os relatos de La Condamine de 1745 e do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira de 1783 destacam o preparo e os usos que os Cambebas faziam da goma elástica. Os registros de Alexandre Rodrigues Ferreira (apud REIS, 1885, p. 154-155) indicam que:

Dos Cambebas aprenderam as mais Naçoens, e igualmente os do Pará a fabricarem a celebre (sic) gomma, ou resina elástica, chamada vulgarmente de Leite de Siringa, porque daquellagomma se fazem, e também outras obras como botas, Sapatos, Chapéos, vestidos, &a, que tudo he impenetrável ágoa.

Os registros desse período são parcos, no entanto, em 1755, Dom José I mandou enviar as botas de sua propriedade ao Pará, com objetivo de serem revestidas de borracha e impermeabilizadas (REIS, 1885 citado por SANTOS, 1980, p. 49). Esse episódio demonstra o conhecimento e a experiência que se tinha com a extração e utilização da *hevea brasiliensis*, ainda que os registros não dão conta do trajeto que a borracha percorria no referido período, em especial em direção à Coroa portuguesa.

O único relato que se tem refere-se à goma copal, que nada tem a ver com a *hevea brasiliensis*, pois é extraída de uma árvore leguminosa (*celsapínea*), e é utilizada no preparo de vernizes e lacas. Sobre a goma copal, os registros se reportam aos anos de 1771-1772, ao que Santos (1980) considera não ter como afirmar que havia o comércio com Portugal em relação à borracha, o que sugere apenas uma circulação interna. Manuel Barata (1973) reporta que nessa época, Portugal adquiria da Inglaterra artigos de borracha, sobretudo, materiais hospitalares, de uso urológico.

Enquanto Portugal não se atentava em relação ao potencial econômico e mercantil da borracha, alguns comerciantes norte-americanos já demonstravam grande interesse na importação da borracha amazônica, desde 1800, sob a forma de garrafas. Duas décadas depois Belém tornou-se a responsável pelo fornecimento de calçados aos Estados Unidos, tendo o cliente de Boston, T. C. Wales, que se propôs a fornecer moldes de madeira ao Pará. Segundo Santos (1980) em 1823, cerca de 25.000 pares de sapatos de borracha foram negociados apenas em Boston; na década seguinte entre 1836 e 1837, os negócios aumentaram vertiginosamente, atingindo a marca de 383.039 pares de sapatos negociados. Vale destacar que o valor dos sapatos estava relacionado à quantidade de borracha utilizada para fabricá-los.

A Tabela 1 apresenta alguns dados sobre a quantidade de borracha exportada entre 1825 e 1860.

3 Povo indígena da raiz tupi-guaraní, da região Solimões-Marañon, catequizados pelos jesuítas no final do século XVII.

Tabela1 – Quantidade de borracha exportada entre 1825-1860

ANO	TONELADAS	ANO	TONELADAS
1825	93	1844-1845	367
1830	156	1849-1850	879
1834-1835	175	1854-1855	2.868
1839-1840	418	1859-1860	2.531

Fonte: Exceto para o ano de 1825, Série Retrospectiva do Anuário Estatístico do Brasil, 1839-1840. Santos (1980, p. 52).

Essas cifras evidenciam que os comerciantes norte-americanos mostravam-se atentos, principalmente, após a década de 1850. De fato Reis (1855) e Santos (1980) revelam que a partir de 1850, os interesses dos Estados Unidos, Inglaterra e França se fortaleceram no sentido de obter livre navegação ao longo do rio Amazonas, e assim ter acesso às “riquezas fabulosas” da região, além da potencial exploração da *hevea brasiliensis*.

A liberdade do comércio com a abertura dos portos, a temida penetração, por parte dos Estados Unidos, França e Inglaterra, com a premissa do aproveitamento regional dos recursos naturais principalmente do espaço amazônico, se tornou o argumento mais sustentado do discurso imperialista. Segundo Santos (1980, p. 54), “era preciso ocupar e dinamizar a Amazônia, incorporando-a ao surto de progresso que o país começava a experimentar nos anos cinquenta [década de 1850]”. E, se esse era o propósito, tinha chegado a hora de descortinar definitivamente a Amazônia para o mundo.

Mas, a exploração gomífera era também preocupante para o governo da província do Pará. A fala presidencial de Sebastião do Rego Barros proferida na Assembleia Legislativa em 15 de agosto de 1854, demonstra a apreensão que a exploração da borracha gerava na agricultura:

Emprego quase exclusivo dos braços na extração e fabrico da borracha, a ponto de nos ser preciso atualmente receber de outras províncias gêneros de primeira necessidade, e dantes produzíamos até para fornecer-lhes. Isto é certamente um mal; tanto mais porque os lucros avultadíssimos dessa indústria, que absorve e aniquila todas as outras, longe de tenderem à criação da pequena propriedade, com a sua permanência e as suas vantagens, e à divisão da riqueza, só dão em último resultado acarretando a miséria à grande massa daqueles que atrás dela abonam seus lares, os seus pequenos estabelecimentos e, talvez, as suas famílias, para se entregarem a uma vida de incerteza e privações, e na qual os ganhos da véspera evaporam-se no dia seguinte (BARATA, 1973).

Quais as medidas que deveriam então dar cabo ao novo contexto do cenário amazônico? A realidade mostrava que o debate continuava desde a declaração de Rego Barros, em 1854. Isso fica evidenciado no discurso de Silva Coutinho<sup>4</sup>, em 1861, que propunha uma forma de regularizar o trabalho de extração das “drogas” [conforme original], ou ainda, fixar a população, para a lavoura dos gêneros alimentícios que pareciam estar cada vez mais escasseados na região amazônica. Esse sentimento de escassez dos produtos alimentícios parece ter sido sentido nos vários estados da Amazônia brasileira e da dos demais países.

4 Dom Santino Maria da Silva Coutinho (Pilões/PB, 18 de dezembro de 1868 — Maceió/AL, 10 de janeiro de 1939). No dia 6 de dezembro de 1906 foi nomeado pelo Papa Pio X como 2º da Arquidiocese de Belém do Pará.

No estado do Pará, por outro lado, o pouco interesse das classes “inferiores” na agricultura foi alvo de severas críticas direcionadas pelo vice-presidente da província paraense Leitão da Cunha, que em 1858 ressaltava que as classes “inferiores” se interessavam pela vida aventureira e errante, o que sugere a indignação do vice-presidente em relação à postura tomada pelos pequenos agricultores. Conforme analisa Penteado (1967, p. 108), Leitão da Cunha considerava que a imigração de estrangeiros seria, portanto, a solução para o fomento da produção agrícola da Província.

Na década de 1890, os preços da borracha subiram e os retirantes da seca do Ceará (no nordeste brasileiro) e estrangeiros migravam em direção ao Estado do Pará, conforme resalta Weinstein (1993). Durante todo o período da *Belle-époque*, a cidade de Belém foi o principal centro urbano da Amazônia. Esse foi um dos principais reflexos do *boom* da borracha na capital paraense e na cidade de Manaus.

O mito do *El Dorado* articula o imaginário de grandes tesouros escondidos no interior da selva, como se referem Santos (1980); Weinstein (1993); Kupchik (2008); Silveira (2009), e a avidez e o insucesso dos portugueses e espanhóis nos séculos XVI e parte do XVII na busca por produtos extrativos de alto valor. Esse ideário permaneceu no imaginário dos imigrantes que chegaram às cidades amazônicas, especialmente, os estrangeiros que, em sua maioria, vinham com intuito de permanecer por um período que não deveria ultrapassar os cinco anos e, então, retornar ao país de origem com certa riqueza, após um período de intenso trabalho (Tabela 2).

Tabela2 – Evolução das Receitas Públicas segundo as unidades da Amazônia entre 1890-1920 (em contos de réis)

<b>Unidade e Governo</b>	<b>1890</b>	<b>1900</b>	<b>1905</b>	<b>1910</b>	<b>1915</b>	<b>1920</b>
<b>No Pará</b>	<b>14.035</b>	<b>44.220</b>	<b>55.881</b>	<b>72.771</b>	<b>29.332</b>	...
Federal	9.764	20.452	30.663	41.876	13.834	...
Estadual	3.196	18.629	16.063	20.255	8.887	8.517
Municipal	1.075	5.139	9.155	10.640	6.611	8.136
<b>No Amazonas</b>	<b>3.710</b>	<b>33.081</b>	<b>29.754</b>	<b>44.774</b>	<b>14.813</b>	...
Federal	701	8.387	11.389	23.055	5.000	...
Estadual	2.343	22.493	15.234	18.069	7.428	5.888
Municipal	666	2.201	3.131	3.650	2.385	2.085
<b>No Acre</b>	-	-	<b>8.688</b>	<b>19.868</b>	<b>5.610</b>	...
<b>Na região</b>	<b>17.745</b>	<b>77.301</b>	<b>94.323</b>	<b>137.413</b>	<b>49.755</b>	...

Fonte: Santos (1980, p. 192).

A Tabela 2 apresenta a evolução das receitas públicas provenientes do látex de 1890 a 1920. No Pará, a receita atingiu o apogeu em 1910, com total de 72.771 contos de réis. Outros números chamam a atenção, como no caso do Amazonas, que sempre esteve aquém se comparados ao Pará, com uma pequena elevação em 1910.

Além disso, em 1905 a receita pública do Acre já se mostra com grande potencial com 8.688 contos de réis, e com ápice em 1910. Entre 1910 e 1915 temos um período emblemático que marca a queda vertiginosa das receitas públicas dos recursos provenientes da exploração do látex na Amazônia. Os dados da Tabela 3 reforçam as cifras da Tabela 2.

Tabela 3 – Exportações de borracha da Amazônia brasileira (1881-1912) – toneladas

<b>Anos</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Anos</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Anos</b>	<b>Qtde.</b>
<b>1881</b>	8.506	<b>1903</b>	29.076	<b>1910</b>	34.248
<b>1886</b>	12.690	<b>1904</b>	27.086	<b>1911</b>	33.518
<b>1891</b>	16.650	<b>1905</b>	31.887	<b>1912</b>	37.178
<b>1896</b>	19.500	<b>1906</b>	31.364	<b>1913</b>	32.141
<b>1900</b>	23.650	<b>1907</b>	34.452	<b>1914</b>	29.925
<b>1901</b>	27.940	<b>1908</b>	34.270	<b>1915</b>	29.772
<b>1902</b>	27.120	<b>1909</b>	34.700	<b>1916</b>	28.305

Fonte: Santos (1980, adaptado).

O volume das exportações de borracha apresenta tendência decrescente até 1912, quando o volume de exportação chegou às 37.178 toneladas.

Na análise de Batista (2009), através de investimentos econômicos, das relações parentais ou de redes de amizade, as famílias ocupavam um espaço bem definido dentro da estrutura hierárquica social, isso favorecia com que participassem em vários setores da economia da época. Essa característica era muito comum entre as famílias da elite, pois perfazia suas práticas comerciais em vários setores da economia local, que, em muitos casos, extrapolava o âmbito comercial e exerciam influência nos altos cargos da administração pública, o que reforçava, sobremaneira, o poder que as famílias da elite possuíam.

Além disso, os próprios políticos estavam sendo embalados pela onda de ascensão da economia, gerada pelas exportações da borracha. O que para Santos (1980), se dava nas três esferas do governo e com maior intensidade no Pará. Os impostos cobrados da borracha tipo fino, principal produto exportado, pagava aos estados, cerca de 20 a 22% do valor, em qualquer um dos portos do Amazonas, do Pará ou do Acre. Os outros tipos de borracha de qualidade inferior pagavam 19%. Em relação a outros produtos que circulavam pelos portos da região: a castanha pagava 16%, o cacau, inicialmente pagava 14% e depois caiu para 6%, os couros no Pará pagavam 17% e no Amazonas, 10%, entre vários outros produtos.

A chegada de migrantes nordestinos, sobretudo cearenses, foi motivo de preocupação por parte dos políticos da época, pois, conforme ressaltam Sarges (2000, p. 89) e Lacerda (2006), intensificaram-se o número de migrantes que não tinham um destino definido ao chegarem à capital da província do Pará, fato que significava maior quantidade de indivíduos subempregados e desempregados.

Apresentar o cenário das motivações e da chegada dos migrantes cearenses na província de Belém mostra-se relevante à medida que esse cenário irá reverberar em outros setores tanto da população local quanto das áreas distantes do estado, onde se tem um franco desenvolvimento, principalmente pela exploração do látex.

A transição entre a Monarquia e a República no Brasil, segundo avaliação de Weinstein (1993, p. 122) e Santos (1980), muito além do que uma simples reestruturação no âmbito político concedeu autonomia fiscal e política, exatamente no período em que a renda havia atingido proporções nunca experimentadas em momentos anteriores.

## A QUEDA DA EXPORTAÇÃO DO LÁTEX

Se os números de exportação da borracha asiática não apresentavam grande relevância nos anos iniciais do século XX, os dados da época já apontavam para o conhecimento de uma futura crise da exportação da borracha amazônica. Com apenas 3 toneladas exportadas em 1900 e 171 toneladas em 1905, seria fácil supor que a concorrência asiática não representava perigo (SANTOS, 1980).

A maior elevação dos preços da borracha atingiu seu auge no primeiro semestre do ano de 1910 e as exportações amazônicas começaram a mudar primeiro sutilmente passando muito rapidamente a ser assustadores. Dos parques 3.000 quilos exportados pelo mercado asiático no apagar das luzes da última década do século XIX, as exportações asiáticas registraram 28.000.000 de quilos em 1912. Em 1913 a produção asiática superaria a brasileira em 48.000 quilos e em 1914, ultrapassaria não só ao do Brasil, mas também a da África e América Central, atingindo a surpreendente exportação de 71 milhões de quilos. Em 1915 a Ásia passava definitivamente à frente das exportações brasileiras, cobrindo aproximadamente 68% da produção mundial e em 1919, com cerca de 90% (SARGES, 2000; WEINSTEIN, 1993).

## “O ANGUSTIANTE DRAMA”<sup>5</sup>

A Ásia produzia, desde 1876, borracha em quantidade insuficiente para competir com o mercado da região Amazônica. Isso não representava ameaça aos seringueiros até então. Os números apresentados por Burns (1966) demonstram a produção na Ásia a partir de 1905 (Tabela 4).

Tabela 4 – Produção da borracha na Ásia

ANO	TONELADAS EXPORTADAS
1905	145
1910	8.000
1912	28.000
1914	71.000
1915	107.000

Fonte: Burns (1966, p. 34).

Na análise de Burns (1966) os números são representativos e os diferencia em relação aos apresentados por Santos (1980) e Weinstein (1993), porém, o autor ressalta que, as primeiras seringueiras floresceram em 1881, as primeiras exportações datam de 1900 com apenas quatro toneladas, enquanto que o quadro acima demonstra que os números tornaram-se expressivos em um curto espaço de tempo.

5 Título retirado de um fragmento publicado no Jornal da Associação Comercial do Amazonas em 1917.

Para Burns (1966) o percentual da exportação asiática no mercado mundial passou de 0,3% em 1905, para 9,0% em 1910, e para 67,6% em 1915. Em 1922 o percentual chegou a 93,1%, o que marcava definitivamente a preponderância do mercado asiático, impulsionado, sobremaneira, pelo custo menor do produto se comparado ao valor praticado pelo mercado brasileiro. Isso se deveu também a baixa remuneração recebida pelos trabalhadores asiáticos.

Se a ilusão fazia com que os comerciantes brasileiros da borracha não vissem as variações, muito sutis, então, agora parecia que um véu havia sido retirado. No apagar das luzes de 1910, as diferenças já eram substancialmente visualizadas, nos valores de exportação, pois no mês de dezembro, o valor era a metade do praticado em abril do mesmo ano. Esse novo cenário, até então não havia sido vivenciado, pois, a borracha tinha-se tornado miraculosa, e esperava-se uma eterna alta de preços, e de lucros. A queda das exportações a partir do segundo semestre de 1910, causou, portanto, assombro entre os barões da borracha. Segundo Santos (1980), os débitos com os bancos, principalmente com o Banco do Brasil, e as falências geradas com a decadência da exportação da borracha foram um duro golpe, do qual a região não se recuperou. Somente na praça de Belém, as falências somavam 100.000.000 de francos (equivalente a 59.524 contos de réis), levando-se em conta apenas o ano de 1913 (SANTOS, 1980).

## O CASO DE PUERTO MALDONADO (PERU)

Vários foram os intentos em descobrir o *El Dorado*. Na Guiana ou no Rio da Prata, no Peru ou no Brasil, na Colômbia ou no Paraguai, a imagem do *El Dorado* invadiu a memória coletiva por todo o continente. Para Emiliano Jos (1950), *El Dorado* é descrito como uma: “região muito abundante em ouro e pedras preciosas, e disse: Está claro que esta região existia: se encontrava no Brasil, nas riquíssimas jazidas de ouro e de diamantes de Minas Gerais”<sup>6</sup>.

O mito do *El Dorado* perdurou durante muitos anos e encheu de esperança a mentalidade de aqueles que buscavam o rápido enriquecimento. Para Kupchik (2008), os velhos anciãos que ainda perduram na região dos Andes, acreditam seriamente que o Rei Inca ainda vive; é chamado de Intipchurrin (filho do Sol) e comanda em silêncio até o momento em que irá restaurar a ordem do universo que foi interrompida pela conquista espanhola.

A cidade desse suposto reino estava localizada na nascente de um rio que caía em um abismo, que resultava em uma exótica cascata. As montanhas estavam atravessadas por cavernas com muitas ramificações formando labirinto que era um santuário, reconhecido pelos nativos. Santuário este guardado por homens vestidos com túnicas brancas, chamados de *paco-pacuris*, sobreviventes de uma civilização altamente desenvolvida, que havia vivido na região amazônica desde a vertente da cordilheira oriental até a confluência dos rios Madre de Dios e Beni, na Bolívia, e que foi dizimada por uma grande inundação ocorrida pelo descongelamento da neve que cobre o pico da Cordilheira dos Andes.

A cidade formada após a grande inundação se chamou *Paiquinquin Qosqo*, que significa “a cidade gêmea de Cusco”, e se localizava ao final de um desfiladeiro oculto, em um vale no formato de cone vulcânico e com microclima próprio. Kupchick (2008) cita o missionário Francisco Cale (1686) que informa que essa cidade estaria a cinco dias de caminhada, a partir de Cusco.

6 No original: “[...] región abundantísima en oro y piedras preciosas, y dice: Claro está que tal región existía: se encontraba en el Brasil, en los riquísimos yacimientos auríferos y diamantíferos de Minas Geraes”.

Continuando o relato de Kupchick (2008), o antigo nome do rio Madre de Dios era de grande serpente Amaru-mayo, que se insere em uma região muito temida pelos grupos que formam a etnia quéchua. O rio seria uma serpente imaginária e de proporções descomunais, considerado um deus cujo leite se alimentava de dezenas de rios. Apucantiti é a última grande montanha desde onde se divide o todo. De onde começa o fantástico vale proibido da lua azul, refúgio dos Amaru e dos homens serpentes, que migraram há mais de 500 anos, após a derrocada do Império do Sol Inca. Foi nesse cenário, repleto de simbolismos, que a região de Madre de Dios foi marcada por constantes embates entre os seringalistas e seringueiros, no período de exploração do látex na região.

Muitos dos imigrantes japoneses direcionados à Amazônia peruana também tinham por intenção, trabalhar na construção da estrada de ferro madeira-mamoré. Ao longo de suas trajetórias passaram pelo Rio Madre de Dios, com conexão em Porto Maldonado, então pelo Rio Beni que passa a ser denominado Rio Madeira ao alcançar o Brasil, e de lá alcançavam a cidade de Guajará-Mirim, em Rondônia. Os dados exatos sobre a participação de imigrantes japoneses, ainda parecem obscuros, pois não há registro, que possa precisar quantos e quais foram os imigrantes japoneses que faziam parte da construção da Madeira-Mamoré. As estimativas do número de imigrantes japoneses localizados no lado brasileiro na época da exploração da borracha é realmente incerto, Tsutsumi (2001) estima 500.

Os imigrantes japoneses são os responsáveis por trazer para a região de Puerto Maldonado (departamento de Madre de Dios) uma nova paisagem e alguns nomes são representativos atualmente: Takahashi, Yoshikawa e Hashimoto (FUKUMOTO, 1997). Os imigrantes começaram a abrir negócios próprios que pudessem provê-los para subsistência (Quadro 1).

Quadro 1 – Atividades dos imigrantes japoneses no departamento de Madre de Dios/ Puerto Maldonado (1910-1912)

IMIGRANTE	ATIVIDADE
<b>YuichiFutagaki</b>	Fábrica de massa de macarrão, bolachas e bombons
<b>ShigeoFutagaki</b>	Gelatina de pés de vacas e galinhas
<b>Uno</b>	Barbearia
<b>Raichi Noda e SeijiroSaki</b>	Alfaiataria
<b>Sato</b>	Estúdio fotográfico
<b>Isuyama</b>	Plantação de cana de açúcar para obter aguardente
<b>Asakura</b>	Trouxe uma usina de açúcar da Bolívia e a caldeira, que foram adaptadas para o beneficiamento de arroz e também como gerador de eletricidade.
<b>Okimura</b>	Fabricava cigarros
<b>Tabata e Miura</b>	Preparavam “shio kara” <sup>7</sup>

7 Em japonês 塩辛 . Prato típico da cozinha japonesa, preparado com pequenos pedaços de frutos do mar, mergulhados em uma pasta marrom de vísceras de animais salgadas e fermentadas. São guardadas para fermentação por um período de até um mês.

<b>Murakami</b>	Cortava as árvores de “shiringa”
<b>Nagaremore, Nakahara, Uno e Kaway</b>	Iniciaram a plantação de árvores de manga

Fonte: APJ (2000, p. 348-349, adaptado).

Além das atividades mencionadas, muitos japoneses também se tornaram fazendeiros e foram os responsáveis por introduzir novos alimentos na dieta da população da região, incluindo árvores de fruta pão, gengibre, nabo, cebola, pepino, berinjela, cará<sup>8</sup> (branco e roxo).

## O CASO DE QUINARÍ (ACRE/ BRASIL)

Após a decadência dos preços de venda da borracha a região sofreu um declínio em suas bases estruturais, sobretudo, no aspecto econômico (SANTOS, 1980; SARGES, 2000; ARAGÓN, 2009, LIMACHI, 2009; MUTO 2010).

Neste cenário caótico de crise da economia gomífera, o Acre apresentou uma posição diferenciada em relação ao Pará e Amazonas, que sofreram maior impacto do declínio do comércio gomífero. No Acre entre as décadas de 1910 e 1920 foi registrado o maior crescimento populacional quando comparado com os estados do Amazonas e Pará (Tabela 5).

Tabela 5 – Crescimento populacional nas principais praças da Amazônia brasileira, 1910 e 1920

ESTADOS	1910	1920	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)
<b>Acre</b>	74.484	92.379	+ 2,2
<b>Amazonas</b>	358.695	353.166	+ 0,1
<b>Pará</b>	783.845	635.000	- 2,1
<b>Amazônia</b>	1.217.024	1.09.545	- 1,1

Fonte: Santos (1980, p. 261).

Por exemplo, a cidade de Xapuri era a grande aglutinadora de pessoas, que chegavam das mais variadas partes, principalmente do nordeste brasileiro, e se tornou referência como o principal centro comercial do Alto Acre. Por volta de 1912, contava com uma população, segundo dados apresentados por Santos (2000), que oscilava entre 1.500 e 2.000 pessoas. O porto era bem estruturado, recebia dez grandes vapores e diversas lanchas simultaneamente; os vapores que eram direcionados a ele faziam com que o comércio fosse bastante profícuo tanto com gêneros alimentícios quanto com produtos da floresta, além de vários outros produtos vindos de cidades como Belém e Manaus que mantinham rotas regulares com a Europa.

Com referência ao Acre como um todo, entre 2010 e 2020, a população do estado cresceu significativamente mais que a do Amazonas e do Pará, esta última apresentando, inclusive,

8 Batata *Hualusa*.

crescimento negativo. Santos (1980) atribui essas cifras a perda de muitos imigrantes que retornavam aos lares de origem, ou que procuravam locais onde as perspectivas se mostravam mais atrativas, dadas as dificuldades que a capital Belém, vivenciava com o declínio da economia gomífera. Já o crescimento da população do Acre, segundo Santos (1980) pode ser atribuída, em grande parte, a que muitos imigrantes que fizeram parte da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que foi inaugurada em 1912, se dirigiram para o Acre após o término da ferrovia; e também a retenção de alguns retirantes da seca do Nordeste.

Os dados sobre a participação de imigrantes apontados por Santos (1980) não dão conta, se entre as muitas etnias, que participaram da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, estavam os japoneses, *a priori* é possível pensar nesta possibilidade, haja vista que, Hardman (1991) menciona a participação de operários de mais de cinquenta países.

Segundo Maruoka (2001), por mais que os imigrantes japoneses tenham sua presença registrada na região do Acre, no período anterior a 1920, eles foram prudentes ao decidir em atravessar e se fixar no lado brasileiro, o que pode ter sido motivado por vários fatores: 1) as condições de vida, que talvez fossem muito mais incertas ao comparar as que levavam no lado peruano; 2) as epidemias de malária e febre amarela<sup>9</sup>, que ceifaram muitas vidas e, o conseqüente medo que foi gerado na região, além dos fatores econômicos, políticos entre outros.

Neste caso, a história dos imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil, via Amazônia peruana, pode remeter-se ao caso de Isao Furuno ou Pedro Japonês, como também era conhecido, que chegou a região do Acre em 1920. Outros imigrantes japoneses passaram pela região do Acre, no entanto, Isao foi aparentemente o único que se fixou até 1920. Ele era filho de pais agricultores no Japão<sup>10</sup>. Isao Furuno após sobreviver a um naufrágio no rio Acre, ele e dois outros conterrâneos chegaram a Rio Branco onde se estabeleceram. Um deles permaneceu poucos dias no Acre e retornou a Cobija (Bolívia) e o terceiro tomou destino incerto (A GAZETA, 20).

De acordo com o periódico A Gazeta (25/08/2010), Isao Furuno se estabeleceu inicialmente às proximidades da rua 6 de agosto, com a plantação às margens da praia, mudou-se posteriormente para a rua da Capoeira, na capital Rio Branco, onde a propriedade era maior e compreendia parte do Bairro da Cerâmica e do antigo Aviário, onde atualmente se localiza o aeroporto da capital do estado.

Associado a horticultura, ele iniciou o plantio de outras espécies, tais como: milho, arroz, feijão entre outros produtos agrícolas. Era uma propriedade próspera, abastecia a cidade e a sede do governo do Estado, Palácio Rio Branco.

Nesse período já constituía família, pois casara no início da década de 30 com Donatília Pereira Lima, com quem teve duas filhas: Walquíria e Suena Furuno. O casamento não deu certo e Furuno teve que arcar com a responsabilidade de criar as duas meninas.

---

9 Hardman (1991, p. 150) destaca um trecho do minucioso relatório, apresentado em setembro de 1910, pelo sanitário Oswaldo Cruz, que prepara uma lista sobre as “moléstias reinantes” na região do Alto Madeira: “pneumonia, sarampo, ancilostomíase (originada de um parasita intestinal), beribéri, disenteria, hemoglobínúria, febre amarela, pé de Madura, pinta, espúndias, calazar (leishmaniose visceral) e, mais grave de todas, impaludismo (malária), o grande responsável, de acordo com o sanitário, pelo “descrédito crescente que infelicitiza esta região [...], o único terror sério destas regiões”.

10 Segundo a tradição japonesa, o filho primogênito é quem herda a propriedade da família e, mesmo após o casamento, o sucessor e sua família conjugal continuam a viver com os pais mantendo a linhagem familiar.

Durante a II guerra, Isao sofreu retaliação por parte do governo brasileiro, por ser imigrante japonês e, portanto, pertencente aos países do Eixo, e, sem explicações, no ano de 1945 teve suas terras confiscadas, recebendo em área afastada, alguns hectares de mata fechada para cultivar.

O governador Fontenele de Castro<sup>11</sup>, no período de seu governo iniciado em 1935, colocou em prática um antigo projeto de inserir imigrantes japoneses no Acre em virtude das grandes correntes migratórias oficiais que já se faziam presentes desde 1929 na região amazônica. Como resultado desse projeto 13 famílias japonesas se fixaram na região de Quinarí, distante 25 quilômetros da capital Rio Branco, atualmente, município senador Guimard, homenagem ao senador José Guimard dos Santos, que propôs o Projeto-Lei de criação do município, em 1963.

Isao foi responsável por auxiliar os colonos japoneses e se tornou o representante da comunidade de Quinari<sup>12</sup>. No ano de 1983, Isao deixa suas atividades por causa de problemas visuais.

Os imigrantes japoneses se tornaram os maiores responsáveis pelo cultivo e exploração de amendoim, hortifrutigranjeiros, além de trabalhar no comércio do município, isso fez com que tivessem destaque na região, mas isso só foi possível após a chegada dos imigrantes oficiais estabelecida durante o período de governo de Fontenele de Castro com os primeiros grupos chegados no ano de 1959.

As famílias de imigrantes japoneses, chegadas a partir de 1959, continuaram contribuindo para o desenvolvimento econômico da região. O Jornal “Nippono Campo” (2008)<sup>13</sup>, registra o exemplo do agricultor Masashi Nishizawa que chegou a colônia de Quinarí em 1959 que introduziu o cultivo do amendoim (*Arachishypogaea L.*). O amendoim cultivado pela família Nishizawa se tornou referência na colônia japonesa e a produção se tornou fonte de renda para várias outras famílias. Após o primeiro ano de cultivo, a família Nishizawa distribuiu sementes entre os agricultores da colônia para que juntos pudessem dar conta da demanda.

A lanchonete mantida pela família Nishizawa, ou Bar do japonês, foi inaugurada em 1972, segundo dados do Jornal “Nippo no Campo” (2008), e o amendoim torrado passou a ter grande procura por parte dos moradores locais e logo pessoas de outros municípios e da capital passaram a procurar pela iguaria. Segundo o mesmo jornal, 55 fornadas geram 825 quilos de amendoim torrado que são vendidos em três embalagens diferentes, cuja menor é vendida por cerca de R\$ 11<sup>14</sup>. Além de distribuir diretamente aos consumidores, a família também fornece para supermercados e outros estabelecimentos da região e de outras cidades mais distantes; o amendoim produzido na colônia passou a ser conhecido como “amendoim do Quinari”. Hiroshi Nishizawa, filho de Masashi Nishizawa, responsável pelo cultivo e beneficiamento do amendoim, reporta que compra a produção do município

11 Retirante cearense que chegou aos vinte anos, em 1918, no Acre. Dentre os vários postos ocupados foi como governador que Fontenele de Castro se destacou ao erguer prédios, abrir estradas, construir pistas de pouso e por estruturar os portos, entre outras que o consolidaram como chefe político atuante de tal forma que, no Território e no Estado lutou pela autonomia, deixou, assim, sua marca na história do Estado que o adotara.

12 Este nome se refere à época em que os primeiros migrantes chegaram à região, encontraram grande quantidade de uma árvore chamada de *quina-quina*.

13 Matéria assinada por Susy Murakami (2008), atualizado em 2017. Disponível em: <http://www.nippo.com.br/campo/historia/historia464a.php>, acesso em: 11/07/2019.

14 Equivalente a USD 0.42.

e beneficia aproximadamente 130 toneladas/ano de amendoim. O processo de torragem e embalagem são realizados na propriedade da família.

Em 1950, quando então era governador do território do Acre, o general Guiomard dos Santos e Secretário-Geral do governo, o coronel Manoel Fontenelle de Castro, efetuaram a compra de uma grande extensão de terra, que compreendia parte dos seringais Santa Maria, Nilcióy e Missão.

A aquisição da área de terra se destinava ao assentamento de famílias oriundas do nordeste brasileiro, de famílias japonesas vindas do oriente, e mais 50 famílias de nipônicos (japoneses que se deslocaram de São Paulo para a nova terra). Esse se tornou um empreendimento ousado, haja vista que, após a II guerra muitos países fecharam-se para entrada de japoneses.

Nas palavras do governador Valério Caldas de Magalhães (1956-1958) em seu relatório publicado à época, fica evidente o interesse do governo em introduzir imigrantes para alavancar o desenvolvimento econômico do estado:

Principalmente no que se refere às atividades agro-pastoris, chegamos à conclusão de que se impõe ampliar-se a política imigratória, contanto se tenha o homem destinado ao campo. Aqui no Acre, onde o extrativismo da seringa retém para mais de vinte mil seringueiros, torna-se difícil contar com a colaboração nos labores agrícolas. Seria preciso uma política educativa por parte de missões rurais, dentro dos seringais, não difícil efetivar-se, caso contássemos com dotações próprias sem fim (Jornal Página 20, 22/02/2000).

A partir desse movimento do governador em trazer oficialmente imigrantes japoneses para o estado do Acre, toda esta estrutura montada na ocasião, tinha como objetivo criar e implantar o núcleo de Quinari, o que de fato aconteceu. Em meados do ano de 1950 para 1951, o núcleo foi transformado em vila, pertencendo à capital Rio Branco.

## OS DOIS CASOS NA ATUALIDADE: FIXAÇÃO E EVASÃO

Hoje, a área de disputa durante a exploração da borracha em Madre de Dios no Peru e Acre no Brasil estão cada vez mais integrada conforme apontam Vasconcelos, Rombach, Teixeira e Leite (2013) e Van Oosten (2009) (Mapa1).

No entanto, o cenário histórico tem sido multifacetado em ambas as regiões, sobretudo, após a decadência da borracha, nas primeiras décadas do século XX, e ainda hoje aparecem conflitos relacionados com a exploração do recursos da área. Em Madre de Dios, na década de 1990, após os reparos realizados no trecho da rodovia (carretera) que liga Iñapari a Puerto Maldonado, acirrou-se a cobiça de madeireiros entre outros interessados em explorar recursos naturais, especialmente, o ouro.

A facilidade de acesso via terrestre e pela bacia dos rios de Tahuamanu e das Pedras, empurrou as comunidades indígenas para área conhecida como Paralelo343<sup>15</sup>, linha imaginária que divide o espaço reservado aos grupos indígenas e a área explorada pelos madeireiros e outros invasores mineiros.

15 Para Marc Dourojeanni, professor emérito da Universidade Nacional Agrária de Lima, Peru, em entrevista concedida ao sítio brasileiro <oeco.org.br>, em26/06/2008, afirma que, “o governo peruano entregou concessões florestais bem na fronteira com o Brasil e bem perto do paralelo 343°, ao leste do qual deveria ficar o território dos índios em “isolamento voluntário”, assim como, os parques nacionais Manú (1,5 milhões de hectares) e Alto Purus (2,5 milhões de hectares) nos quais estes índios também moram.”

Mapa 1 – Região de Madre de Díos (Peru) e Acre (Brasil) e a rodovia Interoceânica



Fonte: Google Maps (Online, acesso: 13/1/2014).

Legenda:

- A – Puerto Maldonado
- B- Iñapari
- C – Cobija
- D – Assis
- E – Xapurí
- F – Quinari (Senador Guiomard)
- G – Rio Branco

O departamento de Madre de Dios ocupa 85.300,54 km<sup>2</sup>, porém com uma população de 141.070 habitantes (INEI, 2018). Um fato que chama atenção é a quantidade de imigrantes que formam a população local de Madre de Dios, muitos chegados desde o período do boom econômico causado pela exploração da borracha na selva amazônica. Os resultados preliminares do Censo de 2017 apontam que a densidade populacional entre 1940 e 2017 dos departamentos da Selva Peruana, Ucayali e Madre de Dios são os que apresentaram maior incremento, com 24,3 e 16,5 vezes, respectivamente (INEI, 2018, p. 35).

Em relação aos japoneses e seus descendentes, que chegaram na região ao final do período áureo de extração da goma elástica, muitos desses imigrantes não se aventuraram diretamente na extração do látex, mas procuraram outras formas de subsistência.

Em Puerto Maldonado, muitas famílias de descendência japonesa mantêm seus comércios. Muitos dos antigos comerciantes japoneses mantem recordações dos tempos da riqueza e glória dos resquícios da época áurea da borracha.

Porém, atualmente, há uma nova elite que se estabelece em Madre de Dios, composta de empresários da região de Cusco, Puno e Arequipa, com o firme propósito de exploração de ouro, principalmente, após a década de 1930.

Para Valcuende (2009), a extração do ouro modificou a paisagem socioambiental, os grupos foram assentados na região que foi liberada para a livre exploração do minério. Houve um forte incremento da exploração aurífera a partir de 1930, mas foi no período de 1980 e 1990, que ocorreu o boom da exploração aurífera na região de Madre de Dios. Enquanto a exploração artesanal deixava tímidas marcas na paisagem local, a exploração em larga escala deixa grandes crateras que descaracterizam o espaço desde então. A Direção Regional de Energia, Minas e Hidrocarbonetos, indica a evolução de produção de ouro no departamento de Madre de Dios ao longo dos anos (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução da produção mineira regional de Madre de Dios (Peru)



Fonte: Dirección Regional de Energía, Minería y Hidrocarburos de Madre de Dios (2013, online).

Um artigo publicado no *La Republica*, de 11 de março de 2012, destaca a economia que os minerais, em especial o ouro, trouxe para a região de Madre de Dios; alguns anônimos ficaram conhecidos como os “barões do ouro”. Uma reserva foi liberada pelo governo peruano, para livre exploração aurífera, localizada entre os quilômetros 98 e 123 da rodovia Transoceânica.

Em outro artigo do periódico *El Mundo*, publicado em 3/05/2010, dava conta da discussão sobre as minas ilegais na região de Madre de Dios. O artigo ressalta que: “Atualmente [2010], a extração artesanal de ouro representa entre 10 e 20% da produção total do Peru e gera lucro de mais de 800 milhões de dólares anuais.”

As autoridades locais afirmam que, em 2011, para cada motor utilizado para a lavagem do cascalho, de onde emerge o metal, a quantidade obtida diariamente chega a 80 gramas, ou seja, ao levar em consideração que alguns indivíduos possuem dezenas de motores, isso equivale, em alguns casos, uma média de 480 gramas para cada 6 motores no período de 24 horas.

Se os dados apontam para uma crescente exploração do ouro, isso evidencia mais uma das possibilidades de convergência dos grupos imigrantes desde o final do século XIX para a região de Madre de Dios. Talvez, seja a cristalização do imaginário da descoberta da cidade do *El Dorado*.

Já no lado brasileiro, no estado do Acre, os fazendeiros atrasaram os interesses de especulação da terra e, as consequentes, vantagens fiscais, ou seja, não investiram na terra e, tampouco, em outros setores.

A comunidade de Senador Guiomard desenvolveu-se com base no comércio em geral, assim como, a maioria dos negócios de propriedade dos imigrantes japoneses e seus descendentes (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Principais Setores de Atividade em Senador Guiomard (Acre) – 2013



Fonte: IBGE (2013, online).

Os imigrantes japoneses e seus descendentes em ambas as regiões vivenciaram durante a “década perdida”<sup>16</sup>, na década de 1980, o movimento *dekassegui*<sup>17</sup>. Conforme Kawamura (1999, 1994) e Aragón (2009), nesse período o Japão se encontrava no momento de desenvolvimento acelerado, o que implicava em demanda por mão de obra principalmente para o setor industrial.

No Brasil esse período foi marcado por forte retração da produção industrial, menor crescimento do mercado econômico, ou seja, a década ficou conhecida como um momento de crise econômica, desemprego, altíssimos índices de inflação. Foi a estagnação do milagre econômico que aconteceu ao longo da década de 1970.

Para Kawamura (1999; 1994), alguns aspectos da própria cultura japonesa influenciaram na falta de mão de obra para a indústria, entre os quais se destacam: 1) o serviço considerado desqualificado é visto com preconceito por parte dos jovens japoneses; 2) muitas mulheres em idade produtiva não estão inseridas no mercado de trabalho; 3) o envelhecimento da população e 4) baixa taxa de natalidade e casamentos cada vez mais tardios.

<sup>16</sup> 失われた10年 (*Ushinawaretajuunen*).

<sup>17</sup> Termo que significa: “trabalhar fora de casa”. Era utilizado aos trabalhadores rurais que migravam da zona rural para as cidades centrais do Japão no período de entressafra e retornavam para a cidade de origem quando se aproximava a colheita (KAWAMURA, 1999).

Esses se tornaram alguns dos motivos que levaram centenas de descendentes de japoneses que nasceram no Brasil e no Peru, os *nikkeys*<sup>18</sup>, que enfrentavam a instabilidade econômica, ao mesmo tempo em que eram atraídos por promessas de ganhos razoáveis para ocuparem cargos como trabalhadores em empresas japonesas. Em sua maioria esses cargos eram postos de trabalho não aceitos por japoneses, ou seja, eram considerados postos de trabalho desqualificados, portanto, mal vistos pelos nacionais, pois possuíam as cinco características (ou 5 K's): pesado (*kitsui*), perigoso (*kiken*), sujo (*kitanai*), exigente (*kibishii*) e indesejável (*kirai*).

Na visão dos jovens descendentes de japoneses, conforme menciona o livro comemorativo ao Centenário da Imigração Japonesa para o Peru (APJ, 2000), diante da crise econômica no governo Alan García, no Peru, e no Brasil nos governos de José Sarney, Itamar Franco e Fernando Collor de Melo, uma considerável parcela de jovens *nikkeys* não vislumbravam vagas de emprego no país, na década de 1980-1990 e muitos viram o Japão como uma oportunidade, já que o país passava por uma considerável aceleração econômica.

Os jovens *nikkeys*, que haviam sido registrados pelos pais, com dupla nacionalidade foram os primeiros a terem as vantagens de viajarem ao Japão em busca de vagas de trabalho. Aos que não tinham o devido registro procuraram os consulados localizados em Lima e em várias cidades brasileiras, para solicitar os documentos necessários para pleitear vagas de trabalhos. Muitos foram os casos de japoneses inescrupulosos que burlavam os documentos e os vendiam a qualquer interessado em ter um suposto vínculo com famílias japonesas, isso aconteceu em várias cidades brasileiras e no Peru a situação não foi diferente (APJ, 2000).

Porém, a ida dos jovens *nikkeys* ao Japão não bastava para os que ficavam, pois, apesar do envio de remessas, que ajudam até a atualidade a manter um relativo conforto a muitas famílias em Puerto Maldonado e Quinari, a situação de muitos *nikkeys* no Japão tem se tornado difícil pela dificuldade que as empresas impõem aos trabalhadores, além da escassez de postos de trabalho, fruto das crises econômicas que assolaram o Japão no final da década de 1990 e se estendeu pelos anos 2000.

Em Senador Guiomard (Quinari), dividida em dois espaços: a sede e a colônia, das treze famílias iniciais que ingressaram em Quinari, nove famílias abandonaram a colônia, no período de 9 anos, as famílias que restaram também foram se retirando e, atualmente, apenas duas permanecem no município. A família de Kazuko Hamaguchi é proprietária de um pequeno supermercado em Quinari, anteriormente, os negócios da família eram o beneficiamento de arroz e a criação de aves, sob os cuidados de seu esposo, Hiroshi Hamaguchi, conforme pesquisa apresentada por Gota Tsutsumi (2001).

Além dos Hamaguchi, a família Nishizawa compõe a segunda família que permanece em Quinari, a senhora Ichi Nishizawa mantém uma loja de comestíveis e artigos diversos, com destaque para a venda de amendoim, plantado e beneficiado na área de cultivo da família.

Segundo Tsutsumi (2001), o município de Senador Guiomard, antiga colônia de Quinari, atualmente tornou-se alvo das atenções como um centro produtor de víveres, a população

18 Descendentes de japoneses nascidos fora do Japão.

do município aumentou a partir da década de 2000, por conta dessa nova fase para os habitantes do município, além do setor de serviços que tem sido muito explorado pelos moradores, conforme apontam os dados do IBGE (2013)<sup>19</sup>.

Além desses aspectos cabe mencionar que a partir da abertura das estradas do lado peruano na década de 1940, fez com que o estreitamento das relações entre os dois países se tornasse maior, relação essa que se consolidava à medida que outras iniciativas foram se cristalizando ao longo dos anos, como a abertura da Transamazônica, no Brasil e a “Marginal de La Selva del Perú”, já na década de 1970, a rodovia que liga Pucallpa (Peru) a Cruzeiro do Sul (Brasil), em seguida a rodovia entre Puerto Maldonado (Peru) e Rio Branco (Acre), atualmente denominada de Interoceânica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo permite concluir que a migração japonesa na Amazônia brasileira, não somente antecedeu aquela dirigida para as colônias agrícolas da região de Tomé-Açú, no Pará, mas que aconteceu de maneira concomitante à chegada do navio Kasato Maru ao Estado de São Paulo em 1908, ano considerado como o marco da chegada dos primeiros migrantes japoneses ao Brasil.

Enquanto que no Peru, a chegada dos imigrantes japoneses, iniciada em 1899, coincide com o período áureo da exploração da borracha na Amazônia. Essa realidade tornou a região da selva Amazônica atrativa, o El Dorado, para os migrantes japoneses, que procuravam outras oportunidades, após vários conflitos ocasionados nas fazendas da costa peruana.

Hoje, Madre de Dios e Acre estão cada vez mais integradas pelas estradas abertas, especialmente pela Transoceânica, e novas atividades econômicas são desenvolvidas. Madre de Dios tornou-se uma importante área de exploração de ouro, e ainda concentra mercados dos imigrantes japoneses e seus descendentes em Puerto Maldonado. No Brasil, Senador Guimard, antiga colônia de Quinari, tornou-se alvo das atenções como um centro produtor de víveres, e a população do município aumentou a partir da década de 2000, por conta dessa nova fase. Porém, os dois casos sofrem as conseqüências da migração de jovens descendentes dos imigrantes japoneses rumo ao Japão em busca de oportunidade de emprego.

18 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acre [cidades]. Economia. 2013. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=120045&search=acre|senador-guimard|infograficos:-despesas-e-receitas-orcamentarias-e-pib>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A GAZETA. *Migrante japonês plantou melancia na Seis de Agosto*. 9 de julho de 1999. Disponível em: <[www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br](http://www.bibliotecadafloresta.ac.gov.br)>. Acesso em: 25 ag.2010.

ARAGÓN, Luis E. (org.) *Migração internacional naPan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFGA, 2009.

ASSOCIACIÓN PERUANO-JAPONESA (APJ). *The Centennial Anniversary of the Japanese Immigration to Peru (1899-1999)*. Lima: JICA/APJ, 2000. [Título em japonês: *KokusaiKyôryokuJigyô Dan*].

BARATA, Manuel Cardoso de Mello. *Formação histórica do Pará*. Belém: UFGA, 1973.

BATISTA, Luciana Marinho. As formas de acumulação e a economia da borracha no Grão-Pará, 1840-1870. In: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; ALVES, Moema de Bacelar (Orgs) *Tesouros da memória: História e patrimônio no Grão-Pará*. Belém: Ministério da Fazenda/Museu de Artes de Belém (MABE), 2009. p. 127-147.

BURNS, Bradford. *Manaus 1910: retrato de uma cidade em expansão*. Manaus: Gov. do AM, 1966.

FUKUMOTO, Mary. *Hacia un nuevo sol*. Lima: Asociación Peruana Japonesa de Parú, 197.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

FEDERACIÓN NACIONAL de las Asociaciones Boliviano-Japonesas (FENABOJA). *Historia de la inmigración japonesa en Bolivia*. 2000. Disponível em:<[www.fenaboja.com](http://www.fenaboja.com)>. Acesso em: 11 jul. 2012. Título original: 日本人移住 100 周年誌 「ボリビアに生きる」

INSTITUTO BRASILEIRO de Geografia e Estatística (IBGE). Acre [cidades]. Economia. 2013. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang=&codmun=120045&search=acre|senador-guimard|infograficos:-despesas-e-receitas-orcamentarias-e-pib>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

INSTITUTO NACIONAL de Estadística e Informática – INEI. *Censos Nacionales de Población y Vivienda.Perú: Crecimiento y distribución de lapoblación – Primeiros resultados*. Lima, junio, 2018.

JORNAL PÁGINA 20. Rio Branco/AC, 22 fev. 2000. Disponível em: <http://bibliotecadafloresta.ac.gov.br>. Acesso em: 10 mai. 2011.

JOS, Emiliano. *La expedición de Úrsula Al Dorado y la rebelión de Lope de Aguirre*. Sevilla, 1950.

KAWAMURA, L. K. *Para onde vão os brasileiros?* Campinas: Editora Unicamp, 1999.

KAWAMURA, L. K. Trabalho: quem são os brasileiros que trabalham no Japão? In: CHIGUSA, C. T. (Org.) *A quebra dos mitos: o fenômeno de kassegui através de relatos pessoais*. Atsugui-Shi: IPC Produção & Consultoria, 1994.

KUPCHIK, Christian. *La leyenda de El Dorado y otros mitos del Descubrimiento de América*. Madrid: Nowtilus, 2008.

LACERDA, Franciane Gama. "Reclamações do povo". Luta por direitos na cidade e seringais em núcleos coloniais na Amazônia brasileira (séculos XIX e XX). *Projeto História* (PUCSP), v. 33, p. 63-82, 2006.

LIMACHI, Luis. Procesos migratórios en la Amazonía Peruana: una mirada a las migraciones internacionales. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.) *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009, p. 97-113.

MURUOKA, Yoshio. *70 anos de imigração japonesa para a Amazônia*. Belém: Topan Press; Associação Pan-Amazônia Nipo-Brasileira de Belém, 2001.

MUTO, Reiko. *O Japão na Amazônia: Condicionantes para fixação e mobilidade dos imigrantes japoneses (1929-2009)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) –Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

NIPPO NO CAMPO. *Amendoim do Quinari: contribuição dos imigrantes japoneses no Acre*. Disponível em: <nippobrasil.com.br> Acesso em: 11 jul. 2019.

PENTEADO, Antônio Rocha. *Problemas de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina do Estado do Pará*. 2 Vols. Belém: UFPA, 1967.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. Diário da viagem filosófica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 48, 1-233, p. 154-155, 1885.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas Produzindo A Belle-Époque, 1870-1912 (ColeçãoAçaí)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SENADOR GUIOMARD – Acre. *Dados históricos do município de Quinari*. Disponível em: senadorguimard.ac.gov.br. Acesso em: 31 dez. 2013.

SILVEIRA, Sirlei Aparecida. *Em busca do país do ouro*. Cuiabá/MT: Carlini e Caniato: EduFMT, 2009.

TSUTSUMI, Gota. A pré-história da imigração japonesa na Amazônia. In: ASSOCIAÇÃO PAN-AMAZÔNIA NIPO-BRASILEIRA - APANB. *70 anos de imigração japonesa na Amazônia*. São Paulo: Topan Press, 2001, p. 124-128.

VALCUENDE, José Maria (Coord.) *História e Memória das três fronteiras: Brasil, Peru e Bolívia*. São Paulo: EDUC, 2009.

VAN OOSTEN, Cora. *Desarrollo local y alianzas interfronterizas en el sudoeste de la Amazonía? Fronteras que se decoloran?* La Paz: Bolpress (online). Publicado em: 06/08/2009. Disponível em: <bolpress.com> Acesso em: 14 jan. 2014.

VASCONCELOS, Ana Íris; ROMBACH, Melina; TEIXEIRA, Maria Mirles; LEITE. *Interpretações sobre ações de integração na Amazônia Sul Ocidental* [Relatório]. Projeto Conexão Local Modalidade Interuniversitária [2013]. São Paulo-SP/Sobral-CE: FGV/UVA, 2013.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993.